



[Atribuição BB CY 4.0](#)

Movimento Negro, Educação de crianças negras pequenas e direitos humanos: experiências no Nordeste do Brasil

Flávia de Jesus Damião¹

Resumo

O objetivo deste artigo é trazer para o centro do debate da educação e dos direitos humanos, a ação protagonista do movimento negro na educação de crianças negras pequenas. Destacaremos duas experiências lideradas por mulheres negras e realizadas na região Nordeste do Brasil, uma em Salvador, BA e outra em Recife, PE, entre final da década de 1990 e começo dos anos 2000. Após o estudo, fica explícito também a forte atuação das mulheres negras nessa área. E, a carência tanto de estudos acadêmicos, quanto de registro escrito pelo próprio movimento negro sobre o assunto. Por fim, compreendemos que os movimentos negros, enquanto relevante ator social na construção dos direitos humanos, vem há séculos produzindo pujante repertório de ações na área educacional e cultural com vista a atender a população negra. Dentre essas ações, encontram-se o trabalho realizado com crianças negras pequenas - de 0 a 6 anos de idade.

Palavras-chave

¹ Doutora em Difusão Conhecimento (DMMDC); Professora Titular do EBTT na Creche da Universidade Federal da Bahia; Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará; Filiada da ABPN; Integrante da Rede IBEJI – Rede de Pesquisadoras Negra em Infâncias. E-mail: afroflaviacontato@gmail.com

Movimento Negro; Educação; Direitos humanos; Crianças negras pequenas;
Relações étnico-raciais

Recebido em: 01/03/2025
Aprovado em: 28/09/2025

Black Movement, Education of Young Black Children and Human Rights: Experiences in Northeast Brasil

Abstract

The objective of this article is to bring to the center of the debate on education and human rights the leading role of the black movement in the education of young black children. We will highlight two experiences led by black women and carried out in the Northeast region of Brazil, one in Salvador, BA and the other in Recife, PE, between the end of the 1990 and the beginning 2000. After the study, it is also clear the strong performance of black women in this area. And, the lack of both academic studies and written records by the black movement itself on the subject. Finally, we understand that black movements, as a relevant social actor in the construction of human rights, have for centuries produced a powerful repertoire of actions in the educational and cultural area with a view to serving the black population. Among these actions is the work carried out with young black children - from 0 to 6 years of age.

10

Keywords

Black movement; Education; Human Rights; Young black children; Ethnic-racial relations

Introdução

No Brasil, a população negra, apesar das violências cotidianas e históricas, vem construindo um pujante repertório de práticas sociais, culturais, econômicas, etc, cujo foco repousa na coletividade, no sagrado e na multiplicidade. Bebendo na fonte dessa herança, mas sintonizados a temporalidade do hoje, seguimos criando novas experiências sociais que nos caracteriza como pessoas e/ou grupos que forjam a própria história.

O Movimento Negro brasileiros, enquanto relevante ator social na construção dos direitos humanos e da cidadania, vem desde o período colonial criando múltiplas iniciativas na área educacional e cultural com vista a atender a população negra. Dentre essas ações, encontram-se o trabalho com crianças negras pequenas, de 0 a 6 anos de idade.²

Há despeito da importância e relevância social que tais experiências representam para educação brasileira, uma vez que priorizavam uma ação educativa e cultural com recorte étnico-racial junto às crianças pequenas, elas ainda não se constituem como um campo de atenção por parte de diferentes instituições sociais.

Nas universidades, nos cursos de formação inicial de professores, especialmente nos cursos de Pedagogia, tais experiências ainda não integram, de modo institucional, o repertório formativo e curricular dos futuros professores. No que tange ao Estado, tais iniciativas também ainda não são colocadas como referências na construção de políticas públicas educacionais para o conjunto da população infantil. Compreendemos que tais posturas podem ser decorrentes, ora do desconhecimento da existência de tais iniciativas, ora por uma desvalorização das questões relativas à vida de crianças negras pequenas, empreendidas por integrantes do Movimento Negro.

Nesse contexto, a documentação das experiências educativas com crianças pequenas que estão sendo realizadas por mulheres no Nordeste do país se coloca

² Nesse artigo os termos criança negra pequena ou criança negras de 0 a 6 anos, se refere ao conjunto da população infantil de 0 a 6 anos formada por crianças pretas e pardas.

como uma necessária tarefa acadêmica, social e política, na medida que possibilita um maior conhecimento da atuação protagonista do movimento negro, também na área da educação para primeira infância que se faz para além dos muros institucionais.

O objetivo deste artigo é trazer para o centro do debate da educação e dos direitos humanos, a ação protagonista do movimento negro na educação de crianças negras pequenas. Destacamos duas experiências lideradas por mulheres negras realizadas na região Nordeste do Brasil, uma em Salvador, BA e outra em Recife, PE, entre final da década de 1990 e começo dos anos 2000.

As entrevistas, realizadas no período de dezembro de 2005 à janeiro de 2006, integraram um estudo exploratório, dentro do IV Concurso Negro e Educação³ em 2005-2007. Os resultados desse estudo, até então, nunca foram publicados. A decisão de contemplar parte da pesquisa realizada, como eixo de reflexão nesse artigo, deve-se a importância da memória e da história das iniciativas lideradas por mulheres no âmbito da educação de crianças negras pequenas desde o Movimento Negro. Parte do conteúdo da pesquisa, agora contemplado neste texto evidencia que urge transpor o déficit documental que perpassa o assunto: movimentos negros e as ações educacionais e culturais com/paa crianças negras pequenas.

Num primeiro momento, abordamos como os exercícios de lutas empreendidos pelo Movimento Negro no país, tem como horizonte a construção de uma ambiência na qual os direitos humanos e a cidadania se constituem como eixos fundamentais. Aqui explicitamos o que compreendemos por Movimentos Negros e direitos humanos.

Posteriormente, apontamos algumas ações empreendidas pelos movimentos negros no âmbito da educação e cultura. Indicamos que os diferentes modos de

³ O Concurso Negro e Educação foi uma ação afirmativa que incentivou a pesquisa sobre educação e relações étnico-raciais no Brasil. O concurso foi realizado entre 1999 e 2007, foi promovido pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Ação Educativa e Fundação Ford. A autora do presente artigo participou da quarta edição do Concurso “Negro e Educação”

conceber a educação pelo referido movimento, foram mudando conforme às próprias transformações interna do movimento, bem como, na relação que o mesmo estabelecia com a sociedade brasileira. Mas que com inventividade e ousadia, a educação dos seus, inclusive de suas crianças sempre esteve na pauta de suas lutas.

As duas experiências dos movimentos negros com crianças negras pequenas são trazidas na terceira parte do trabalho. Nela buscamos refletir sobre dois aspectos. Primeiro, que a despeito da carência de estudo e registro escrito, tanto no meio acadêmico, quanto no interior do próprio movimento negro, as ações com crianças pequenas são iniciativas que tal movimento tem realizado a muito tempo. Ousamos dizer a séculos! E, segundo, que ao atuar com o referido grupo populacional, o movimento negro traz para a agenda nacional a necessidade de que o debate público em torno dos direitos humanos insira de modo efetivo questões e especificidades que envolvem as crianças negras pequenas brasileiras.

Finalizando o artigo, apontamos que a configuração de uma sociedade brasileira, na qual o exercício cotidiano da vida cidadã e uma prática democrática participativa passam necessariamente pela consideração de diversos sujeitos sociais, dentre eles, o movimento negro com suas experiências com crianças negras pequenas.

1. Movimento Negro, direitos e cidadania no Brasil: a luta negra sempre existiu!

Revolução (Willians Reis)⁴
 “A luta negra
 Sempre existiu
 Na Liberdade, Curuzu, Bahia, Brasil
 Ilê espelho da revolução
 Faz universo lembrar
 A revolta dos búzios
 No seu desfilar
 Luís, Lucas, Manoel e João
 Lutaram e morreram por estes ideais
 Direitos iguais, bem-estar social
 Díficil igualdade

⁴ REIS, William. Revolução (Letra da música do Bloco afro Ilê Aiyê). Álbum Canto Negro IV, 1999.

*Que a maioria sempre quis
Venha mais ligeiro fazer o planeta feliz*

*Ilê Ilê Ilê
Ilê Ilê Ayê
O querer é o eterno poder”*

Historicamente, a população negra, vem forjando diferentes formas e estratégias de luta em prol da vida do seu grupo social no interior da sociedade brasileira. Dos quilombos, rebeliões urbanas, irmandades religiosas, imprensa negra, clubes recreativos, frente negra, teatro experimental do negro, chegando às atuais conformações do movimento negro hoje, temos inúmeros exemplos das ações do povo negro em prol da coletividade.

14

Nesse contexto, “A luta negra sempre existiu”, e o Movimento Social Negro contemporâneo, se constitui como importante ator social no cenário nacional quando pensamos na população negra brasileira. Em meio às diversas áreas de proposições deste movimento, em favor da vida do povo negro, nesse texto vamos enfatizar a área da educação.

Partindo da perspectiva de Movimento Social Negro proposta pela professora e ex-ministra do ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Nilma Lino Gomes (2011) este é tomado como um sujeito político coletivo.

O movimento negro contemporâneo, enquanto movimento social, pode ser compreendido como um novo sujeito coletivo e político que, juntamente com os outros movimentos sociais, emergiu na década de 70 no cenário brasileiro. (Gomes, 2011, p. 135)

Para a autora acima mencionada, o movimento negro configura como sujeito coletivo no momento que se põe a elaborar identidades e organizar práticas que possam defender interesse, por meio de processos de reconhecimento recíprocos, e, com uma composição intercambiável. E, como sujeito político, na medida em que produzem discursos, reordenam enunciados e articulam aspirações, instaurando novos significados e novas ações em benefício da população negra, por meio da tese de que o cotidiano desta população é determinada pela estrutura do racismo na sociedade brasileira. (Gomes, 2011).

O racismo atuante na organização social brasileira, tem sistematicamente negado direitos a vida digna ao conjunto populacional negro.

No estudo clássico, “Era dos Direitos”, Norberto Bobbio (1992) afirma que os direitos são consequência da mudança na representação da relação política – Estado/cidadão. Os direitos do cidadão começaram a ser concebidos como mais importante do que os direitos do soberano porque estava se gestando uma visão de sociedade segundo a qual era preciso ter uma consideração privilegiada pelos indivíduos que a compõe.

Para Bobbio (1992) os direitos surgem à medida que novas carências se impõem. Assim, os direitos não são conquistados de uma vez e nem de uma vez por todas, antes, estão em um permanente processo de fluxo e refluxo. Norberto Bobbio afirma que um grande desafio da linguagem dos direitos é proceder o salto do plano teórico para o nível de sua efetiva proteção e realização no cotidiano.

A discussão sobre os direitos, está intimamente ligada a questão da cidadania. Para além de uma concepção de cidadania concedida como favor do Estado, Eveline Dagnino (1994), em um artigo fundamental, nos faz pensar sobre uma nova cidadania, na qual sujeitos ativos definem o que concebem como sendo seus direitos e lutam por eles. Essa nova cidadania enquanto estratégia política potencializa aqueles que historicamente vem sendo excluídos, a construir uma cidadania de baixo para cima, na qual o vetor das reivindicações não está assentado numa relação de tutela, mas numa dinâmica de buscar o direito a ter direitos.

Pensar a cidadania como exercício do direito de definir sobre no que se deseja ser incluído, força o sentido original clássico, no qual o indivíduo era a unidade de atenção privilegiada, e, abre espaço para a dimensão coletiva da cidadania. Maria Célia Paoli (1989) chama atenção de que é possível conceber uma cidadania coletiva a partir de um sujeito coletivo não corporativo que ao realizar suas práticas, lutam pelo reconhecimento público de suas demandas.

A invenção de uma nova sociedade, na qual os sujeitos ousem o direito de inscrever-se na esfera pública, essa tem sido uma das principais bandeiras de luta e ação dos movimentos negros no país. Não obstante as múltiplas dimensões sociais no qual essa assertiva se concretiza, a educação tem se constituído como um espaço de disputa privilegiado pelo movimento negro na busca da invenção

de novas formas de sociabilidade. Nesse sentido, partilhamos duas ações educativas empreendidas no Nordeste do Brasil.

2. Mulheres e crianças negras pequenas: memórias de duas experiências educativas no Nordeste brasileiro

“- Agora quero voltar. Não tem mais escravo aqui, tio Inhaim vai me ajudar, juntei um dinheirinho e arranjei mais algum com tudo quanto foi preto dessas fazendas todas aí ao redor. Agora quero voltar e levar minha filha, que já nasceu aqui, e meus netos”.

- Mas como é que um grupo de mulheres e crianças pode ir sozinho daqui até lá?”⁵.

(Olinto, 2007:15)

16

Não apenas um, mas dois grupos de mulheres e muitas crianças negras pequenas escolheram caminhar em busca de novos horizontes de vida. Mesmo à despeito das adversidades, procuravam nas marcas do passado, pistas para construção de novas maneiras de viver a educação.

É sob o solo da ancestralidade africana e sua reelaboração em terras brasileiras, que dois grupos de mulheres negra desenvolveram duas experiências educativas com crianças negras na faixa etária dos 2 até os 10 anos. No entanto, nesse trabalho, o nosso foco recairá sobre a faixa etária dos 2 a 6 anos. Uma experiência ocorreu em Salvador -Ba, e, a outra no Recife - PE, duas cidades do Nordeste brasileiro nas quais as expressões da cultura negra são pujantes. Ambas iniciativas foram desenvolvidas em bairros de maioria negra Ramos, Cunha (2007) das referidas cidades.

Buscando nos aproximar e registrar tais experiências realizamos entrevistas com Ana Cristina Santos e Lúcia do Prazeres, duas mulheres negras nordestinas que desenvolveram ações educativas e culturais junto as crianças negras pequenas.

As entrevistas, realizadas no período de dezembro de 2005 à janeiro de 2006, integraram um estudo exploratório, dentro do IV Concurso Negro e Educação⁶

⁵ OLINTO, Antônio. A casa da água. Trilogia Alma da África, vol. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

⁶ O Concurso Negro e Educação foi uma ação afirmativa que incentivou a pesquisa sobre educação e relações étnico-raciais no Brasil. O concurso foi realizado entre 1999 e 2007, foi promovido pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Ação Educativa e Fundação Ford. A autora do presente artigo participou da quarta edição do Concurso “Negro e Educação

em 2005-2007. Os resultados desse estudo, até então, nunca foram publicados. A decisão de contemplar parte da pesquisa realizada, como eixo de reflexão nesse artigo, deve-se a importância da memória e da história das iniciativas lideradas por mulheres no âmbito da educação de crianças negras pequenas desde o Movimento Negro. O conteúdo das entrevistas contemplado neste texto evidencia a atualidade e necessidade do assunto.

E, este assunto segue fundamental, porque, como nos aponta os pesquisadores e militantes Henrique Cunha Júnior (2003), Luiz Alberto Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves (2000) o movimento negro exerceu, e continua exercendo, uma ação protagonista no contexto social e político do país em função de pautar ao Estado Brasileiro políticas, ações, legislações e estratégias que favoreçam o efetivo ingresso da população negra na esfera da cidadania do país.

2.1. As idealizadoras e as experiências nos bairros de maioria negra

Nascidas e criadas nos territórios e/ou bairros de maioria negra de São Gonçalo do Retiro em Salvador-BA, e Morro da Conceição em Recife-PE, Ana Cristina Santos e Lúcia dos Prazeres desenvolveram nas suas comunidades de origem, ações educativas junto a crianças negras pequenas.

Buscando introduzir uma preocupação sobre a especificidade étnica das relações sociais que marca constitutivamente os espaços urbanos, o professor Henrique Cunha Júnior (2006) propõe a utilização do conceito de territórios de maioria afrodescendente (2006). Em 2007, Estela Ramos e Henrique Cunha (2007) trazem ideia de bairros negros. De acordo os autores os territórios de maioria afrodescendentes e bairros negros são os espaços urbanos habitados, formados por maior parcela de população afrodescendente, que se conformam histórica e socialmente a partir do processo do desenvolvimento das culturas de base africanas. Assim, bairros negros articulam e integra territorialidade, coletividade e comunidade.

Sem sair dos espaços que tão bem conheceram ao longo de sua vida, Ana Cristina e Lúcia, voltaram. Voltaram - como diz o trecho do livro *A casa d'água*, citado no começo dessa sessão do texto - buscando enfrentar a situação de abandono, - pelas políticas sociais do país, principalmente as educacionais, - as quais estão submetidas parcelas expressivas de crianças de 2 a 6 anos de suas comunidades. Voltaram, também para com essas crianças partilhar o robusto legado cultural africano e afro-brasileiro do qual cada uma de nós somos herdeiras e construtoras.

A primeira experiência foi realizada na região norte de Salvador, no bairro do São Gonçalo do Retiro. Foi nesse bairro que de 1999 até 2005, aproximadamente, Ana Cristina Santos desenvolveu o Projeto Abayneh. Abayneh, palavra de origem etíope que quer dizer: “Você está acima de tudo”. A época, Ana Cristina era pedagoga, professora e gestora da rede municipal de Educação de Salvador.

Empreendido pela pedagoga Ana Cristina Santos, o projeto Abayneh ocorria aos sábados, e buscava atender crianças de 3 a 6 anos da comunidade que não estavam matriculadas na Educação Infantil. A ação educativa tinha como um dos eixos a inserção da cultura afro-brasileira visando a construção de identidade e auto-estima positiva das crianças negra que vivam no bairro e que não frequentavam creche e pré-escolas.

No Recife, mais especificamente no bairro de Morro da Conceição, em Casa Amarela em 1982 foi criado o Centro de Formação do Educador Popular Maria da Conceição. Em janeiro de 2006, quando da entrevista, faltava um mês para o Centro comemorar seus 25 anos de existência. O Centro atendia crianças, jovens e mulheres. Lúcia dos Prazeres, pedagoga, pesquisadora e uma das fundadoras do Centro, explicitou que a principal linha de trabalho era a conscientização da população negra, ações de profissionalização e criação de ações de cultura, lazer e educação.

No que se referia às crianças, o foco era um trabalho de educação com recorte étnico. A materialização dessa construção teórica e prática era experienciado

junto às crianças de 2 a 10 anos⁷ de segunda a sexta-feira, por meio de atividades de dança, música, artes visuais e teatro. Ou seja, as ações com as crianças visavam uma aprendizagem pela prática cultural de base afro-brasileira.

A articulação entre espaço/território, vida pessoal, formação profissional, cultura de matriz africana e a ação com crianças negras pequenas foram os primeiros aspectos que nos chamaram atenção nas entrevistas realizadas com Ana Cristina Santos e Lúcia dos Prazeres. Vejamos abaixo o que nos conta Ana Cristina Santos.

A minha percepção, de viver em Salvador, residindo e sendo criada em bairro de periferia, é que a questão racial não está desvinculada da questão social. Então, essa infância da criança negra e da criança não-negra, ela vai ser diferente. Porque o poder aquisitivo da criança não-negra é melhor do que a criança negra. O que eu percebo também na comunidade em que eu fui criada, é a questão da relação entre vizinhos. Eu enquanto criança ia para casa de minha vizinha e ela se preocupava: “Já tomou banho? Tá na hora de tomar banho. Já almoçou?” Ou então me convidava para almoçar com as filhas dela, de estar brincando ali, de eu freqüentar o espaço da casa de minha vizinha como se fosse também a minha casa. E, eu acho que isso é um pouco do que a gente traz dos nossos antepassados que viveram no continente africano. O modo de sociedade de lá, eu acho que a gente conseguiu estar trazendo para aqui, e estar dando uma nova roupagem aqui na periferia. Santos, 2005)⁸

A conexão entre espaço no qual se vive, o que se é, o que se faz, e o que se sonha, têm uma importância fundamental na história do povo negro. No Brasil, os espaços sociais, econômicos, políticos, artísticos, religiosos são as bases da complexa (re)composição geográfica, dos africanos e seus descendentes, que mantiveram e, ao mesmo tempo, recriaram a compreensão de que para se constituir enquanto pessoa, é preciso ser de algum lugar, ou seja, o sentimento de pertença ao território. O memorável estudo de Milton Santos (1996), já nos aponta para essa compreensão.

É no espaço, enquanto realidade relacional, no qual coisas e relações estão juntas, (Santos, 1996) que a vida pulsa e se corporifica. Foram em nos seus bairros e/ou

⁷ Apesar do Centro Maria da Conceição ter crianças até os 10 anos, na entrevista a ênfase foi conhecer as ações voltadas para as crianças até os 6 anos.

⁸ Ana Cristina Santos, pedagoga idealizadora do Projeto Abayneh. Entrevista concedida Flávia Damião, Salvador, Janeiro de 2006.

territórios, cuja a população negra é maioria, que as duas entrevistadas construíram sua vida na dimensão pessoal, afetiva, profissional e de militância. E, foram nesses mesmos territórios nos quais elas desenvolveram e/ou desenvolvem ações com crianças negras pequenas.

O que estamos querendo destacar é que para nos aproximarmos dos sentidos que tais experiências têm, faz-se necessário compreendermos que a dinâmica das relações sociais e históricas, localmente vividas, se constitui nas interfaces entre relações e objetos mediados pelas ações humanas, como bem nos lembra o professor Milton Santos (1996).

2.1. Construção das experiências educativas com recorte étnico-racial

Os laços não foram todos anulados, o cordão umbilical não foi de todo cortado, no corpo e na memória da população negra ainda ressoa o desejo e a necessidade de elaborar-se enquanto sujeito a partir do contínuo África-Brasil. Segundo o estudo basilar do historiador Ubiratan Castro (2003) o movimento de destacar a ligação com África evidencia a compreensão pelos próprios negros brasileiros de que nós não somos simples produtos da sociedade escravista luso-tropical.

Nesse contexto, compreendemos que as experiências educativas desenvolvidas por Ana Cristina e Lúcia dos Prazeres nos falam sobre um “*Agora quero voltar*”. E, neste retorno, como proferido por uma das personagens do livro, “A Casa da Água”, partilhada no começo dessa seção do artigo, essas duas mulheres querem voltar levando seus “filhos e netos”.

No momento de sua criação, em 2000, o Projeto Abayneh tinha como principal linha de ação com as crianças a preparação para escolarização. Como nos contou Ana Cristina, a preocupação com a escolarização foi o primeiro motivo para o surgimento da experiência.

Por eu ter feito educação infantil eu sabia da importância e do quanto foi bom para mim aquele espaço. E, quando eu estava sendo vice-diretora (...), eu percebia os meninos que ainda não tinha a idade da

escolarização, - porque a escola que eu não tem educação infantil para os meninos abaixo de 6 anos, - pela rua, sem ter o que fazer com aquele tempo todo ocioso e aquilo me incomodava. E, aí eu propus para a diretora da escola estar me emprestando o espaço aos sábados para realizar atividades com esses meninos. (Santos, 2005)⁹

À medida que a experiência foi sendo desenvolvida, e com a chegada de novas pessoas que passaram a integrar a equipe do projeto, foi havendo uma redefinição nos marcos conceituais e práticos que orientavam as atividades. De acordo com Ana Cristina, a preparação para escolarização, deixou de ser uma diretriz das ações, e o trabalho com recorte étnico-racial, - proposto a partir das linguagens corporal, visual, oral, escrita, musical e a brincadeira, - surgiu com o objetivo de contribuir para construção positivada da identidade e da auto-estima das crianças.

(...) a gente começa a trabalhar com o recorte racial, privilegiando o que a educação não privilegia, que é a história do negro de maneira positiva para os meninos não construírem ou já desconstruírem a imagem que eles já criaram em relação ao negro. Esse ano, nós tivemos crianças de pele clara e dos olhos verdes. Ela vai interagir com outra criança de pele mais escura, e ela tem que começar a respeitar. E a aquela idéia de que negro é inferior, ela já vai desconstruindo. Ela vai vendo que o colega dela de pele mais escura tem muita coisa em comum com ela, é tão inteligente quanto ela, é tão legal quanto ela, é tão bonito quanto ela. (Santos, 2005)¹⁰

Assim como no Projeto Abayneh, no Centro Maria da Conceição a questão da educação e da cultura negra foi se configurando como linhas de ações no decorrer do trabalho.

De acordo com Lúcia dos Prazeres, os primeiros passos do Centro Maria da Conceição foram dados para que ele se constituísse num espaço no qual as crianças pudessem desenvolver atividades na perspectiva de lazer e arte, e depois, como local seguro no qual as mães da comunidade pudessem deixar seus filhos enquanto trabalhavam. Isso em virtude do alto grau de exposição à violência que

⁹ Ana Cristina Santos, pedagoga idealizadora do Projeto Abayneh. Entrevista concedida Flávia Damião, Salvador, Janeiro de 2006.

¹⁰ Ana Cristina Santos, pedagoga idealizadora do Projeto Abayneh. Entrevista concedida Flávia Damião, Salvador, XX de Janeiro de 2006.

as crianças da comunidade de Morro da Conceição enfrentavam no início da década de 1980.

À medida que o trabalho do Centro Maria da Conceição foi se desenvolvendo, surgiu a preocupação com a educação, pois, até então, o foco das ações era atender a carência social. Lúcia dos Prazeres nos contou que em 1987 a preocupação com educação étnica e com cultura negra passou a se constituir como eixo das intervenções educativas a partir a visita ao maracatu de Seu Biulino.

L – Aí a visita ao Maracatu que foi a grande virada do nosso trabalho. Porque foi a partir da visita no maracatu que a gente começou a trabalhar com a questão da cultura negra.

F – Isso foi quando? A senhora se lembrar?

L – Isso foi em 1987.

F – Dois anos depois, não é?

L – Não. Em 1982 a gente começou o trabalho. Acho que a visita ao maracatu foi em 1987.

L – A gente já trabalhava isso, mas sem a consciência que a gente adquiriu com a visita ao maracatu. A visita foi muito significativa.

Então, Seu Bil começou contando, porque a gente tem um tema que é “13 de maio não é dia de negro” por causa da música. (Prazeres, 2005)

11

A visita ao maracatu de Seu Biulino, foi um elemento desencadeador de uma busca mais explícita pelos laços de ancestralidade entre aquelas crianças, mulheres, homens e África, por meio da cultura negra. De acordo com Lúcia, no rastro daquela visita vieram estudos sobre origens do maracatu, histórias sobre o continente africano, conhecimento sobre religião de matriz africana, aprendizado da língua Ioruba, etc.

O movimento empreendido pelas crianças e pelas mulheres do Centro Maria da Conceição de um “*agora quero voltar*”, de um agora quero conhecer a pujança da cultura de matriz africana, foi tão significativo que Lúcia nos falou de mudança de visão de mundo: “Por conta desse processo. E, não só entrar na religião, teve todo um processo de transformação da nossa visão de mundo, de nosso comportamento, de nossos objetivos de vida”. (Prazeres, 2005).¹²

¹¹ Lúcia dos Prazeres, pedagoga idealizadora do Centro Maria da Conceição. Entrevista concedida Flávia Damião, Morro da Conceição, Recife – PE, Dezembro de 2005.

¹² Lúcia dos Prazeres, pedagoga idealizadora do Centro Maria da Conceição. Entrevista concedida Flávia Damião, Morro da Conceição, Recife – PE, Dezembro de 2005.

É de um ethos cultural gestado em terras africanas e (re) atualizado pelos negras e negros que Lúcia nos falava. Um ethos, que de acordo com a Professora Narcimária Luz (2003) projeta o emocional-lúcido que envolve o discurso das comunicações, expressando suas dinâmicas territoriais, instituições, visão de mundo, modos e formas de comunicação, portando e elaborando conhecimentos, emoções e gênese de criatividade.

2.3. Dificuldades e perspectivas

Historicamente, para viabilizar as atividades com as crianças negras pequenas o projeto Abayneh e o Centro Maria da Conceição tiveram, que muitas vezes dispor do dinheiro das mulheres que estavam à frente dos mesmos, bem como, de pessoas que integravam as equipes de trabalho, da comunidade ou de amigos que conheciam a proposta e as atividades das ações. Assim, as questões de recursos para financiar os projetos se configuravam como uma das maiores dificuldades das duas experiências educativas.

Quando da entrevista, o projeto Abayneh, não possuía registro com CNPJ, isso inviabilizava a captação de recursos para custear as atividades. A ausência de financiamento produzia dificuldades na realização das atividades, como falta de um espaço físico próprio no qual as ações pudessem cotidianamente, escassez de material pedagógico, e impossibilidade de pagamento as pessoas que atuavam no projeto. De fato, a iniciativa educativa era mantida, financeiramente, com recurso pessoais da própria Ana Cristina, da sua mãe, e das voluntárias (mãe, professoras, pedagogas, integrantes do movimento negro) que atuavam no projeto.

No caso do Centro Maria da Conceição, apesar de no início da sua criação ter uma situação semelhante à do Abayneh, transcorridos 24 anos desde a sua criação, - quando da entrevista - o Centro já conseguia sustentar suas atividades a partir do financiamento de projetos. A captação de recursos por meio de projetos era responsável pela manutenção das atividades, desde o pagamento com as despesas fixas, como luz e água, material pedagógico, até a remuneração das dezoito pessoas que atuam no Centro naquele momento.

A busca por recursos financeiros para o Centro, ocorria junto a organizações nacionais, internacionais, e com ministérios do governo federal. Apesar de já lidar a algum tempo com todas essas fontes financiadoras, Lúcia em um momento da nossa conversa destacou a dificuldade de conseguir apoio junto ao poder público para ações educativas com recorte de etnia.

L - Outra coisa eu acho que é a dificuldade da gente se relacionar com o poder público.

F - Em que sentido a senhora fala?

L – Quando a gente chegava e dizia olha: “A gente quer discutir um apoio para um trabalho que trabalha com recorte racial”. “Pelo amor de Deus não fala disso aqui. Se você falar disso aqui não vamos nem lhe receber. Então, diga que é educação popular. Diga que é educação popular, se não você não é recebida”. Então, toda essa estrutura fechada e racista.

F – senhora está falando do estado?

L – Sim, o estado! Ele é todo perpassado, e influenciado pelo pensamento de Gilberto Freire. Isso é verdade. Pronto, eu acho que um outro elemento, é essa questão de você ter um apoio sistemático. É, de você ter um apoio sistemático para que as ações desenvolvam com fluidez. Porque a gente em vez de utilizar o nosso tempo, no estudo, e, na sistematização da experiência... A gente usa boa parte do nosso tempo na captação de recurso.

F- Entendo. (PRAZERS, 2005)¹³

A episteme do racismo, evolucionismo e etnocentrismo formulados no interior do contexto do colonialismo e neocolonialismo são para Narcimária Luz (2000) as bases sobre as quais se tem estruturado um amplo espectro de ideologias que perpassa as instituições da Razão do Estado.

A dissonância entre a intervenção do Estado e a diversidade étnico-racial e cultural da população brasileira pode ser explicada a partir do plano ideopolítico. Em outras palavras, vincula-se aos valores, símbolos e representações negativas construídas a partir de uma lógica etnocêntrica que há séculos vem vigorando na nossa sociedade. Tais elaborações forjaram um imaginário coletivo no qual os descendentes de africanos são concebidos como “primitivos”, “inferiores”, “selvagem”. (Luz 2000)

¹³ Lúcia dos Prazeres, pedagoga idealizadora do Centro Maria da Conceição. Entrevista concedida Flávia Damião, Morro da Conceição, Recife – PE, Dezembro de 2005.

Por meio da utilização de tais categorias ideológicas justificou-se um conjunto de práticas e ações de dominação operacionalizadas em políticas de Estado. Ao longo do século XXI, as concepções desqualificadoras dos negros enquanto seres desprovidos de cultura, inteligência e sensibilidade ganharam novos contornos. Entretanto, tais concepções continuaram a impactar os múltiplos âmbitos da organização social, inclusive a definição e implementação das políticas públicas sociais, dentre elas as políticas educacionais para a população negra.

Em meio às dificuldades e obstáculos que enfrentavam sistematicamente para continuar atuando junto às crianças negras de suas comunidades, Ana Cristina e Lúcia dos Prazeres, seguiam vislumbrando perspectivas de ampliação e continuidade das ações.

No que dizia respeito a suas expectativas para o Abayneh, Ana Cristina, compartilhou sobre a ideia de transformá-lo em escola comunitária. Assim poderia atender as crianças durante todos os dias da semana. Já Lúcia dos Prazeres, tencionava implementar três centros de referência, dentre eles o de educação étnica, bem como, um curso de especialização em parceria com a Universidade Rural de Pernambuco.

Diante dos conteúdos das entrevistas selecionados para este texto consideramos que as duas experiências educativas podem ser compreendidas como espaços de elaboração de conhecimentos, de solidariedade, de formação de subjetividades positivas, de gênese de criatividade que tenciona questionar a lógica racista que vigorava, e, infelizmente, ainda hoje vigora na sociedade brasileira. Espaços nos quais pulsavam universos simbólicos e culturais de base africana e afro-brasileira, no qual o acento estava no bem-estar de todos, na ancestralidade, e na diversidade, como bem nos lembra Eduardo Oliveira (2003b).

Para nós, as experiências empreendidas por essas duas mulheres negras no âmbito da educação e cultura para/com crianças negras pequenas buscavam acessar repertórios e espaços nos quais o continuum África-Brasil era/é concebido como um importante núcleo de construção de identidade, auto-estima

e cultura. E, que ao voltar-se para esse continuum não buscavam o estático, o romântico, antes, objetivavam compreender-se como descendentes de povos dotados de inteligência, produtores de cultura, portadores de beleza.

Considerações finais – “um pouco e um pouquinho mais”

“ – O que você vai comprar no mercado, Mama?
-Hum, pouco e um pouquinho mais.
-Você vai fazer panquecas hoje, Mama?
- Você é muito esperto. Não dá para surpreender você hein?
- Oba! Quantas panquecas você vai fazer?
Mama segurou entre os dedos duas moedas que estavam guardadas no pano presos na cintura.
- Um pouco e um pouquinho mais.”
(CHAMBERLIN, Mary; CHAMBERLIN, Rich, 2005)¹⁴

26

Entendemos que as experiências educativas com crianças pequenas realizadas pelo movimento negro eleitas neste artigo apontam, “*Um pouco e um pouquinho mais*” para um valioso lastro vivencial e conceitual gestado pela população negra no âmbito educacional.

Par e passo à denúncia do racismo, ao colocarem como eixos de suas intervenções a cultura e história de base africana e afro-brasileira, o Abayneh e do Centro Maria da Conceição se constituem em importantes referências da ação protagonista que o movimento negro vem forjando também no campo da educação da infâncias negras brasileiras.

A dimensão das experiências vividas por mulheres e crianças negras de Salvador e do Recife são acontecimentos e exercícios coletivos de nossa sociedade, que devem ser contemplados na dinâmica do espaço público. Pois, a constituição de um espaço público democrático e cidadão no Brasil passa pela compreensão das múltiplas experiências simbólicas e existenciais dos grupos étnicos que historicamente compõe o país.

¹⁴ CHAMBERLIN, Mary; CHAMBERLIN, Rich. **As panquecas de mama Panya**. Ilustrações de: CAIRNS, Julia; tradução de: MESQUITA, Cláudia Ribeiro. São Paulo: Edições SM, 2005. (Cantos do mundo).

Partindo dessa perspectiva, compreendemos que o debate aprofundado no plano teórico, e, a ação efetiva, no nível das práticas sociais e políticas públicas, acerca dos direitos e da cidadania no Brasil, devem ganhar novos contornos. Além da categoria classe social, é preciso que as dimensões de etnia, gênero, localização geográfica, o fator geracional, dentre outros, também se constituam como marcadores estruturais no processo de construção de um efetivo acesso equitativo aos direitos e recursos – bens e serviços – entre os diversos grupos étnicos que conformam a nação.

Como Adika e sua mãe, moradores de uma aldeia do Quênia, que vão ao mercado com poucas moedas para comprar farinha para preparar panquecas e acabam fazendo um banquete com muitos amigos.

Compreendemos que as ações realizadas pelo Abayneh, sob a liderança de Ana Cristina Santos, e, pelo Centro Maria da Conceição, comandado por Lúcia dos Prazeres, não obstante as dificuldades enfrentadas, possibilitaram a meninas, meninos, jovens, mulheres e homens negros viver em um espaço no qual se aprende junto a comer, brincar, falar, e, também junto se aprende a colocar-se como sujeito da sua história. Sujeitos que lutam por direitos e criam horizontes de vida no qual a beleza, a dignidade, conhecimento, esperança, sentimento, a corporeidade, ancestralidade permeia as práticas de socialização, cuidado e educação de nossas crianças negras pequenas!

Referências

- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. São Paulo: Campus, 1992.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CASTRO, Ubiratan de A. Conexão atlântica: história, memória e identidade. IN: **Revista da FAEBA**. Salvador: UNEB, v.12, n. 19 Jan. /Jun.. 2003.
- CHAMBERLIN, Mary; CHAMBERLIN, Rich. **As panquecas de mama Panya**. Ilustrações de: CAIRNS, Julia; tradução de: MESQUITA, Cláudia Ribeiro. São Paulo: Edições SM, 2005. (Cantos do mundo).
- CUNHA JÚNIOR, H.; GOMES, A.B. Movimentos sociais de maioria afrodescendente. IN MATOS, Kelma (org.) **Movimentos sociais, educação popular e escola: a favor da diversidade**. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Movimento de consciência negra na década de 1970. IN: **Revista Educação e Debate**. Fortaleza: UFC, ano 25, v. 2, n. 46. 2003 .

_____. Nós Afrodescendente. História Africana e Afrodescendente na cultura brasileira. In: ROMÃO, Jeruse. (org.) **História da educação dos negros e outras histórias**. Secretária da Educação Continuada, Alfabetização Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

_____. **Política Públicas para as Populações Afrodescendentes**. Mimeo: Fortaleza, 2006.

RAMOS, E.; CUNHA JÚNIOR, Henrique;. Bairro da Liberdade em Salvador (BA): território de maioria afrodescendente. IN: CUNHA JÚNIOR, Henrique; RAMOS, Estela (org.) **Espaço urbano e afrodescendência. Estudo da espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas**. Fortaleza, Edições UFC, 2007.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e emergência de uma nova cidadania. IN: DAGNINO, Evelina (org.) **Anos 90: Política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GOMES. Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. Política e Sociedade: **Revista de sociologia política**, Florianópolis, 2011. 10, n. 18, p. 133-154, abr. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/19037/17537>> Acesso em 12 abr. 2016.

GONÇALVES, L. A. O.; GONÇALVES e SILVA, P. Negros e educação no Brasil. In: Lopes, Eliane M.; Filho, Luciano M. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 2.ed.

GONÇALVES e SILVA, Petronilha. Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. IN: MUNANGA, Kabengele. (org.) **Superando o racismo na escola**. 2.ed. Secretária da Educação Continuada, Alfabetização Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

LUZ, Narcimária. **Abebe**: a criação de novos valores na educação. Salvador: Secneb, 2000.

OLIVEIRA, Eduardo. **Cosmovisão Africana no Brasil**: elementos para uma filosofia afrodescendente. Fortaleza: IBECA, 2003 (a)

OLINTO, Antônio. **A casa da água**. Trilogia Alma da África, vol. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

PEREIRA. Amauri M. **Cultura de consciência negra**: pensando a construção da identidade nacional e da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ 2000. (Dissertação de mestrado).

REIS, Willians. Revolução. In: **Caderno de Educação do Ilê Aiyê**. Salvador, 2000. (V. VII - Revolta do búzios – 200 anos).

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996